

A ESCOLA INGLESA NO PÓS-GUERRA FRIA: FECHAMENTO, TRADICIONALISMO OU INOVAÇÃO?

*Emerson Maione de Souza**

Introdução

Nos anos 1990, os novos debates teóricos e preocupações analíticas da Escola Inglesa reacenderam sua vitalidade. Embora geralmente se associe esse fato ao impacto do fim da Guerra Fria na área de Relações Internacionais, para compreendê-lo, deve-se também levar em consideração os desenvolvimentos teóricos da disciplina ocorridos nos anos anteriores. O fim da Guerra Fria, na verdade, deve ser posto ao lado desses desenvolvimentos teóricos para explicar as críticas a determinadas abordagens e o ressurgimento de outras.

Normalmente, a Escola Inglesa de Relações Internacionais é identificada por sua ênfase sobre o conceito de sociedade internacional em contraposição ao conceito de sistema internacional. O conceito de sociedade internacional pressupõe a existência de um grupo de Estados que se consideram ligados por certos valores e interesses comuns. Seu relacionamento acontece por um conjunto comum de regras e por instituições comuns. No conceito de sistema internacional, não encontraríamos tais arcabouços institucionais (Bull, 1995: 13). Essa ênfase demonstra as preocupações dos membros da Escola Inglesa com as regras, normas, leis e princípios de legitimidade que sustentam a ordem mundial.

Desde o final dos anos 1950, a Escola Inglesa passou por diversas fases e três gerações de acadêmicos. Segundo Ole Wæver (2002:98), a Escola Inglesa passou por quatro fases:

* Agradeço os comentários e sugestões de Mônica Herz, Nizar Messari, Flávia de Campos Mello, Norma Breda dos Santos e João Victor Scherrer Bumbieris. O resultado do trabalho, obviamente, é de minha inteira responsabilidade.

Fase 1: 1959-1966. Waever destaca que 1959 marca a fundação do *British Committee For The Theory Of International Politics* e 1966, o ano da publicação de *Diplomatic Investigations*, primeira coletânea de trabalhos do *British Committee*. Waever argumenta que essa foi a fase em que os teóricos do *Committee* se concentraram no desenvolvimento do conceito de sociedade internacional.

Fase 2: 1966-1977. Nessa fase, foram produzidos dois importantes trabalhos – *The Anarchical Society*, de Hedley Bull, e *Systems of States*, de Martin Wight, ambos publicados em 1977. Uma segunda geração de teóricos começou a publicar seus trabalhos.

Fase 3: 1977-1992. Segundo Waever, essa foi uma fase de estabilização e complementação dos trabalhos da geração anterior. Na década de 1970, uma segunda geração de teóricos, entre eles R. J. Vincent, James Mayall, Alan James, Michael Donelan, Peter Savigear, Murray Forsyth e Maurice Keens-Soper, deu continuidade aos trabalhos da primeira geração. De modo geral, como argumenta Waever, esses autores utilizavam os esquemas analíticos e termos de Wight e Bull, procurando empregar suas abordagens e, de certa forma, complementá-los. Isso acabou gerando as acusações de Roy Jones (1981) de que repetição e estagnação eram algumas das características da Escola Inglesa.¹ Nessa fase, conforme afirma Waever (2002: 88), “possivelmente, o problema com a Escola Inglesa foi que ela realmente se tornou ‘uma Escola Inglesa’”. Mas isso também pode ser visto como um dos pontos fortes da Escola Inglesa, ou seja, o estabelecimento de uma posição firme, a partir da qual, posteriormente, uma nova geração poderia fincar suas bases para construir pontes com perspectivas pós-positivistas e também criticar pontos, como o excessivo estatocentrismo das primeiras gerações, estabelecendo uma Escola Inglesa muito mais receptiva a inovações teóricas.

Fase 4: de 1992 até hoje. Waever entende que esse é o momento da chegada de uma terceira geração, que trouxe uma renovação de perspectivas. Diferentemente da fase anterior, há uma vontade de relacionar a abordagem da Escola Inglesa com inovações e desafios teóricos. Waever argumenta que 1992 foi o ano em que o periódico *Millennium: Journal of International Studies* dedicou um número especial a essa nova geração da Escola Inglesa (ver Special Issue, 1992). Também foi o ano da conferência

em Limerick, Irlanda, que posteriormente gerou a publicação, em 1998, do livro: *International Society and the Development of International Relations Theory* (Roberson, 2002 [1998]). Alguns teóricos da terceira geração, como Tim Dunne e Nicholas Wheeler, começaram a desenvolver uma nova vertente ou tradição: “Estudos críticos na Escola Inglesa [ou na tradição da sociedade internacional]” (2002:85-89).

Este artigo foca os trabalhos da terceira geração de teóricos da Escola Inglesa, seguindo uma tendência atual de buscar analisar as preocupações normativas desses autores, principalmente em temas como direitos humanos e intervenção humanitária. O artigo também visa à divulgação dos trabalhos desses autores, que são ainda pouco conhecidos no Brasil, onde as principais correntes teóricas são o realismo e o marxismo e onde são ainda incipientes os estudos sobre Teoria das Relações Internacionais. Na primeira parte do artigo, o aspecto central da análise são as relações da terceira geração da Escola Inglesa com as perspectivas críticas e pós-positivistas da Teoria das Relações Internacionais. Esse relacionamento gerou uma bifurcação: uma vertente chamada de “clássica”, que demonstra um alto grau de continuidade com os trabalhos do *British Committee for the Theory of International Politics*, e uma vertente crítica que busca principalmente desenvolver uma teoria solidarista da sociedade internacional. As duas vertentes apresentaram posições normativas divergentes ao analisarem a intervenção da OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte) no Kosovo, em março de 1999. Na segunda parte do trabalho, analisaremos as posições da vertente crítica e da vertente clássica, as quais trouxeram novamente à tona o debate entre as perspectivas pluralistas e solidaristas da sociedade internacional.² O debate entre as duas concepções atraiu a atenção dos críticos, que detectam nessa divergência um conflito de natureza irreconciliável, que coloca em risco a coerência e até mesmo a existência da Escola Inglesa. Por último, analisaremos a viabilidade do atual projeto da Escola Inglesa. O artigo argumenta que os críticos não percebem que, longe de significar o esgotamento da Escola, ou um embate que coloca em xeque sua viabilidade, o debate entre as duas perspectivas confirma a **inovação teórica** trazida por uma nova geração de teóricos, como atesta, por exemplo, o nítido fortalecimento da vertente solidarista, que, anteriormente minoritária, passou a ter uma voz ativa dentro da Escola. Por fim, o artigo

conclui que o principal ponto suscitado por todas as divergências internas da Escola Inglesa e as posteriores críticas levantadas a partir dos debates sobre o Kosovo foi a possibilidade que se abriu para uma abrangente e bem-vinda avaliação desta nova geração da Escola Inglesa.

I. A terceira geração da Escola Inglesa

Tim Dunne identificou a existência de uma bifurcação na Escola Inglesa a partir dos anos 1990: de um lado, os teóricos clássicos (*classical international society theorists*), que demonstram um alto grau de continuidade com os trabalhos do Comitê Britânico; de outro lado, os teóricos críticos (*critical international society theorists*) que consideram a obra de Wight e Bull como ponto de partida, mas tomam como tarefa aprofundar e estender, para além dela própria, a noção de comunidade na sociedade de Estados (1995b: 125).

A reação a essa bifurcação tem sido diversa. É bem acolhida por aqueles que argumentam que o “peso da tradição” não pode ser um empecilho à inovação e que, para responder às questões normativas do pós-Guerra Fria, é preciso apoiar-se nos recentes desenvolvimentos da teoria social, política e de relações internacionais. Entre estes, incluem-se: Nicholas Wheeler, Samuel Makinda, Tonny Knudsen, Tim Dunne, Jennifer M. Welsh, Roger Epp, Iver B. Newmann, Andrew Linklater, Andrew Hurrell, Kai Alderson. Outros, como Robert Jackson, argumentam que essa tentativa de “radicalização” representa um repúdio à tradição da sociedade internacional e que seus teóricos devem se manter fiéis à abordagem clássica. Há ainda aqueles que vêem na bifurcação um motivo para questionar a própria viabilidade da Escola Inglesa como abordagem coerente. Decretam, dessa forma, o “fechamento da Escola”. Entre eles estão Duncan Bell e Ian Hall.

As críticas ao determinismo do neo-realismo, o debate em torno do papel das instituições internacionais, o retorno da dimensão cultural à pesquisa em Relações Internacionais e a nova legitimidade dos estudos normativos (Herz, 1997; Smith, 1992) constituíram tendências que tiveram um papel central para a Escola Inglesa. Essas tendências destacaram a importância que a Escola Inglesa sempre deu ao papel da contingência

histórica e da mudança, à formação das normas e das instituições internacionais, ao multiculturalismo e ao “terceiro mundo”, bem como à teoria normativa. Uma vez que os desenvolvimentos teóricos da disciplina têm caminhado nessa direção, a Escola Inglesa tem ganhado cada vez mais destaque. De toda forma, como lembra Chris Brown, a centralidade desses temas na Escola Inglesa tem se mostrado um valioso recurso desde o fim da Guerra Fria. Brown argumenta que a abordagem da Escola Inglesa é mais receptiva a mudanças intelectuais do que as abordagens ortodoxas, o que tem sido importante com relação à ascensão da teoria “normativa” e aos desafios impostos à disciplina pelas abordagens da teoria crítica e pós-moderna. O autor nota que o fato de a Escola Inglesa estar ao lado de novas teorias – o que pode, inclusive, ter ocorrido involuntariamente – parece surpreendente para muitos, mas dá-se basicamente, porque os novos discursos são, acima de tudo, anti-positivistas. Nesse caso, a Escola Inglesa colhe os frutos de ter estado do lado perdedor no “Segundo Grande Debate” nos anos 1960, uma vez que as pretensões científicas das teorias positivistas são os principais alvos das correntes críticas (1997:54-55).

Ao longo da década de 1990, produziram-se, também, livros, periódicos e seminários dedicados à Escola Inglesa, e uma terceira geração de acadêmicos começou a publicar seus trabalhos, muitas vezes abordando temas pouco explorados pelas gerações anteriores, como, por exemplo, economia política internacional e ecologia. A atribuição de maior importância ao conceito pouco desenvolvido de *World Society*, que, segundo Bull “coloca-se para a totalidade das interações sociais globais” (1995: 269), requereu que atores e organizações não-governamentais fossem levados a sério.³ Apesar de esse ser um tema marginal em seu trabalho, Bull não deixou de reconhecer a importância de assuntos que não podiam ser adequadamente lidados dentro do quadro analítico da sociedade de Estados:

Política Mundial [*World Politics*] seria, de modo geral, um nome mais apropriado para a nossa disciplina do que Relações Internacionais. [...] Eu aceito a afirmação de que hoje em dia existe um sistema político global do qual o “sistema internacional” composto por Estados é apenas uma parte (mesmo que seja a parte mais importante), e que muitas das questões que são

levantadas nesse sistema político global [...] não podem ser satisfatoriamente tratadas no âmbito de uma visão que restringe nossas atenções às relações entre Estados soberanos. Para lidarmos com elas adequadamente, precisamos considerar, ao lado dos Estados, não apenas organizações de Estados, globais ou regionais, mas organizações internacionais não-governamentais, grupos transnacionais e subnacionais, indivíduos [...] (Bull, 2000a [1972]: 252).

Entretanto, dada a sua ênfase anterior sobre a sociedade de Estados, a abordagem da Escola Inglesa também sofreu inúmeras críticas nos anos de 1990. Nicholas Wheeler (1996) argumenta que as críticas à sociedade internacional faziam parte do ataque geral às abordagens realista/estatacêntricas que emanaram do chamado “Terceiro Grande Debate” ou debate pós-positivista nas Relações Internacionais.⁴⁴ Como veremos a seguir, distanciar-se do realismo e de um excessivo estatocentrismo é parte do atual projeto da Escola Inglesa.

1.1. A Escola Inglesa e os recentes desenvolvimentos teóricos

A bifurcação da Escola Inglesa é uma de suas características mais marcantes dos anos 1990. Sua atual geração de teóricos busca construir pontes entre a abordagem dos autores clássicos e das teorias pós-positivistas, afastar a Escola Inglesa dos realistas – muitas vezes, como no caso de Dunne (1998), reescrevendo a história da Escola Inglesa nesses termos –, e, de maneira contundente, construir uma teoria solidarista da sociedade internacional, muitas vezes com contornos pós-westfalianos. Na seção 1.2, analisaremos este projeto normativo solidarista; por agora, nessa seção, nos voltaremos para as implicações da ligação da Escola Inglesa com alguns dos mais recentes desenvolvimentos teóricos da disciplina.

Na base do comprometimento mais solidarista, verifica-se uma conexão com perspectivas críticas, mais especificamente, com o construtivismo e a teoria crítica. Talvez isso possa ser visto como parte da tendência mais geral na disciplina de buscar sínteses entre diferentes correntes teóricas.

Nesse sentido, dois dos autores que mais têm influenciado essa conexão são Alexander Wendt e, principalmente, Andrew Linklater.

Trata-se de uma tentativa de formular uma abordagem crítica dentro da tradição da teoria da sociedade internacional. Segundo Dunne (1995b), “sociedade internacional crítica não é um termo usado freqüentemente; significa o espaço entre o cosmopolitismo (universalista) e o solidarismo (estatocêntrico)”.⁵ Apesar de ser pouco mencionado, Nicholas Onuf também pode vir a ter um papel importante com sua abordagem, baseada em Wittgenstein, e seu foco em regras, atos da fala e *rule* (domínio/ordem) podem oferecer bons caminhos, uma vez que esses pontos são centrais para a análise da Escola Inglesa. Nesse sentido, também deve ser mencionado o trabalho do teórico construtivista Friedrich Kratochwill (1989).

A associação entre o construtivismo e a Escola Inglesa, apesar de suas diferenças, tem se tornado cada vez mais aceita na disciplina. Um dos primeiros a estabelecer a associação entre as duas abordagens foi Tim Dunne. No artigo “The Social Construction of International Society”, de 1995, Dunne argumentou que o subjetivismo dos teóricos da Escola Inglesa foi subestimado por “metateóricos”, como Nicholas Onuf, Alexander Wendt, Martin Hollis e Steve Smith. Dunne nota que esses teóricos, de modo geral, argumentaram que não havia nenhuma tradição teórica subjetiva nas Relações Internacionais. Afirma que a Escola Inglesa nunca se alinhou ao positivismo e que deve ser vista como um exemplo de construtivismo. Entende que a Escola Inglesa sempre foi construtivista, porque vê a sociedade internacional como uma construção social, e a estrutura da sociedade internacional é, principalmente, intersubjetiva, e não material:

Para Manning, Wight e Bull, a sociedade internacional não é ontologicamente anterior à prática dos Estados, e suas ações só adquirem significado através de sua participação consciente em instituições comuns. Nessa perspectiva, a sociedade internacional é uma construção social; ela é, para usar a frase de Wendt, “o que os Estados fazem dela” (1995a: 384).

A recíproca é verdadeira, e tanto Wendt (1999: 3, 31 e 253) quanto Onuf (1998b: 169) corroboraram a formulação de Dunne. Wendt afirma que Bull era um exemplo de construtivista durante a Guerra Fria e diz-se influenciado por ele em vários aspectos.

Em um recente artigo, no qual resenha livros recentes da Escola Inglesa e do construtivismo, Conway Henderson nota que a diferença entre as duas abordagens, com frequência, é meramente semântica. Conclui a resenha dizendo

Provavelmente os construtivistas devem muito mais à Escola Inglesa do que eles reconhecem e podem enriquecer a sua abordagem com um estudo cuidadoso do considerável corpo de literatura pertencente à Escola Inglesa (2001: 423, ênfases nossas).⁶

Contudo, é preciso esclarecer a relação da Escola Inglesa com essas abordagens e mostrar suas semelhanças e diferenças. A título de comparação, Dunne (1998: 187-189) explica que a Escola Inglesa se encaixa nas três características do construtivismo social, segundo a definição de Alexander Wendt (1994: 358): (1) os Estados são a principal unidade de análise; (2) as principais estruturas do sistema internacional são intersubjetivas e não materiais; (3) as identidades e os interesses dos Estados são uma parte importante dessa estrutura, ao invés de serem dados de forma exógena.⁷ Entre as diferenças, Dunne observa, por exemplo, que a descrição das regras da sociedade internacional pelo construtivismo wendtiano é mais maleável e mais aberta à possibilidade de mudança. Aponta que, para Bull, qualquer tentativa de reconstruir as regras constitutivas do jogo – a não-intervenção, por exemplo – corre o risco de perder o consenso intersubjetivo, que permite às múltiplas identidades coexistirem (1995a: 383).

De maneira geral, os novos teóricos da Escola Inglesa – entre outros, Iver Neumann, Tim Dunne, Nicholas Wheeler – associam, em demasia, essa abordagem com o construtivismo wendtiano. Certamente, devido ao seu estatocentrismo e à sua ênfase nas estruturas intersubjetivas. Mas outro ponto a ser considerado é que o construtivismo é muito mais rico e vai muito além do que Wendt propõe. Em outras vertentes, como exemplificado por Onuf e Kratochwill, a ênfase deixa de ser dada à estrutura e passa a ser dada aos atos discursivos e às regras que capacitam os agentes a agir. Para Onuf e Kratochwill, o discurso é a própria ação. O Estado não é o *locus de* por excelência, e sim os indivíduos. Por isso, como observa Ole Waever, simplesmente associar as duas abordagens, dizendo que a sociedade internacional é uma construção social, não é suficiente. Waever

(2002: 95) argumenta que, certamente, existe muito em comum entre as duas abordagens, mas que muita coisa ainda precisa ser explicada nessa associação. E pergunta: como a sociedade internacional é construída?; como os observadores a constroem?; levando-se em consideração os diferentes tipos de construtivismo, quão sólida é essa construção? Como bem observou uma resenhista, não se quer dizer que, só porque as duas abordagens falam sobre sociabilidade, o “social” da Escola Inglesa seja igual ao “social” do construtivismo (Freitas, 2002).⁸

A relação da Escola Inglesa com a teoria crítica pode ser traçada, basicamente, a partir dos trabalhos de Andrew Linklater e suas interpretações do potencial normativo/crítico dos últimos escritos de Bull, Wight e Vincent. O próprio Linklater diz se basear na tentativa de Bull e Vincent de superar a divisão entre concepções particularistas e universalistas da sociedade internacional. Mas, como é notório, apesar de as primeiras gerações da Escola Inglesa terem levantado importantes questões sobre justiça, deixaram muitas perguntas sem respostas.

Assim, Linklater e a nova Escola Inglesa partem das tensões e possibilidades abertas pelas gerações anteriores para construir suas próprias agendas normativas. Conforme já mencionado, Linklater é a influência mais forte, ao lado de John Vincent, na tentativa da nova geração de teóricos da Escola de desenvolver o que, de acordo com a denominação do próprio Linklater, eles chamam de “Racionalismo radical”. Como afirma Dunne (1997), “na verdade, muito do ímpeto de fazer um Racionalismo Radical pode ser creditado a ele [Linklater]”. Essa geração, como as anteriores, tem em comum com a teoria crítica o fato de questionar e desafiar a imagem positivista da disciplina.

Outro ponto de ligação da nova Escola Inglesa com Linklater é o projeto de expansão da comunidade política e a relação entre ética e política externa. Nas próximas páginas, discutiremos mais detalhadamente sobre o atual projeto normativo da nova geração da Escola Inglesa. Ficará clara a forte influência de Linklater entre os novos teóricos.

1.2. O atual projeto normativo da Escola Inglesa

Uma agenda ética cosmopolita mais vigorosa torna-se possível, porque os autores que se auto-intitulam “teóricos críticos na Escola Inglesa”

(*critical international society theorists*) tratam a Escola como sendo uma teoria social das relações internacionais. Enfatizam, assim, o potencial e a necessidade da crítica imanente e toda a interação pressuposta entre teoria e prática, fato e valor e, principalmente, o reconhecimento do papel da teoria na construção de nossos entendimentos e percepções da realidade.

John Williams (2001: 08) chama esses teóricos de “construtivistas solidaristas”. O autor busca analisar como os novos teóricos da Escola Inglesa procuram responder e superar o desafio do estatocentrismo por meio de um renovado interesse na idéia de *world society*. Assim, considera que os processos da globalização, com seus desafios ao sistema de Vestfália, revigoraram e deram uma nova direção à agenda ética da teoria da Escola Inglesa.

A nova geração leva a sério a posição de James Der Derian (1989: 6):

começamos onde Wight e Bull pararam; a interrogar o atual conhecimento das relações internacionais através de práticas passadas; a procurar nas margens da teoria política; a escutar as vozes críticas abafadas pelos discursos oficiais.

Dunne, por exemplo, diz pretender desenvolver o que chama de “abordagem Andrew Linklater para a história das idéias”. Essa abordagem rejeita a busca por autenticidade, em favor da procura pela potencialidade normativa de um teórico ou de um texto. “A questão, para Linklater, não é se uma interpretação é mais exata do que a outra, mas sim o quê podemos fazer disto?” (Dunne, 1998: 182). Dessa maneira, busca tais potencialidades nos textos clássicos da Escola Inglesa, encontrando-as em Wight, seja em sua vontade de se libertar do que chamou de “preconceito intelectual imposto pelo Estado soberano” (1966: 21), seja em sua insistência nas três tradições sempre em fluxo e em tensão (1987; 1991); e nos últimos escritos de Bull (2000b) sobre justiça e sobre o terceiro mundo; e, ainda, nos escritos de Vincent (1986) sobre direitos humanos – um coquetel poderoso para seu comprometimento crítico-solidarista.

Essa procura por potencialidades normativas é uma característica dos escritos atuais da Escola Inglesa. Dunne diz que um dos objetivos ao escrever *Inventing International Society: A History of the English*

School era mostrar “a potencialidade radical da abordagem grotiana ou racionalista”:

Por de trás desta tarefa está a crença de que os principais pensadores da Escola Inglesa [...], representam mais do que apenas uma importante voz na historiografia da disciplina. O método dialético de Carr, a sociologia histórica da cultura e da identidade de Wight, as reflexões de Bull sobre noções alternativas de comunidade e as prescrições de Vincent para uma redistribuição radical da riqueza entre os “que têm” e os “que não têm”, todos falavam para uma ampla agenda crítica na teoria das relações internacionais. Em sintonia com a política dos anos 1990, pensadores como Wight, Bull e Vincent mostram que pode haver um núcleo radical para o estudo da política global (1998:xi).

Dunne argumenta que as potencialidades abertas pelos escritos da Escola Inglesa falam diretamente a uma abrangente agenda crítica na teoria das relações internacionais. Sobre o comprometimento mais crítico dessa nova geração da Escola Inglesa, é interessante observar ainda que, em sua maioria esses teóricos começaram a publicar seus trabalhos no final dos anos 1980 e início dos 1990, influenciados pelos debates epistemológicos ocorridos na disciplina nos anos 1980. Ficaram conhecidos como integrantes do “Terceiro Debate”, ou debate pós-positivista. Nesses debates, teóricos críticos de várias vertentes começaram a destacar as potencialidades dos escritos das primeiras gerações da Escola Inglesa. Dessa forma, podemos ver que os novos teóricos da Escola Inglesa tomam essas potencialidades como ponto de partida. Aí está uma das conexões que ajudam a explicar as relações entre a nova geração da Escola Inglesa e as teorias críticas, conexão que muitos apontam, não totalmente sem razão, como confusa, e que carece de explicação para ser totalmente justificada e entendida.

Ao mesmo tempo em que esses teóricos críticos liam e absorviam essas potencialidades abertas pelas primeiras gerações da Escola Inglesa muitos deles também apontavam para as suas limitações. Um exemplo disso são, entre outros, os trabalhos de Andrew Linklater e James Der Derian. Muitos trabalhos desses teóricos críticos influenciaram e continuam influenciando a nova geração da Escola Inglesa. Ao legado das primeiras gerações e dos teóricos críticos, os teóricos da nova geração da Escola Inglesa aliam uma mais desenvolvida e auto-consciente metodologia pós-positivista.

Nicholas Wheeler sugere que um exemplo de teoria crítica na Escola Inglesa (*critical international society theory*) é o comprometimento de John Vincent em colocar as vítimas da sociedade internacional no centro de seu pensamento. Wheeler afirma também que atualmente o trabalho de Linklater é o melhor exemplo dessa teoria. Entende que

[a] teoria crítica na Escola Inglesa coloca o sofrimento humano no centro do seu projeto teórico ao buscar explorar como a sociedade de Estados pode tornar-se mais receptiva à promoção da justiça na política mundial [...]; rejeita a separação do doméstico e do internacional; confere um papel proeminente à função da opinião pública nas sociedades liberais em monitorar constantemente o “conteúdo e o propósito ético da política externa” [segundo Wheeler, baseado na análise de Wight sobre a importância dos princípios doméstico de legitimidade em moldar os princípios de legitimidade internacional, que é explorado em seu ensaio “International Legitimacy” no livro *Systems of States*]; e sua tarefa empírica é explorar como as mudanças nas relações Estado-sociedade levam diferentes Estados a alcançar diferentes níveis de abertura ou fechamento moral com relação a outras sociedades alhures (1996: 127).

Ao analisar as bases normativas do início dos anos 1980, Bull considerou que uma ordem pluralista não era mais suficiente e enfatizou a necessidade de a sociedade internacional limitar a soberania dos Estados. Para ele, as mudanças normativas ou o desenvolvimento de uma consciência moral cosmopolita devem ser demonstrados empiricamente. Ou seja, não basta afirmar que estejam ocorrendo; essas mudanças devem se mostrar como consenso viável nas práticas dos Estados e, como dizemos hoje em dia, nas práticas da sociedade civil transnacional (Alderson e Hurrell, 2000b: 60). Dessa maneira, alguns teóricos empreendem estudos de casos (ver, p. ex., Wheeler e Dunne, 1996; 1998; 2001) para analisar em que sentido está ou não havendo mudanças para uma nova base normativa em que a responsabilidade humanitária não seja impedida de ser exercida pelo princípio da soberania, uma vez que “um dos desafios para a teoria crítica na Escola Inglesa é mostrar como a sociedade de Estados é capaz de legitimar novas práticas de intervenções humanitárias” (Wheeler, 1996: 134-135).

Contudo, seria errôneo supor que esses novos teóricos sejam cosmopolitas *all the way down*, para usar uma expressão de Wendt. Eles

procuram reter uma certa dose do ceticismo de Bull e Wight, pois têm noção de quanto o solidarismo é visto com cautela na Escola Inglesa. Sobre a possibilidade de desenvolver uma teoria solidarista, Dunne comenta:

Esse projeto não nos deve deixar esquecer da natureza contestada do solidarismo na Escola Inglesa. [...] Mesmo em seus últimos trabalhos, Bull, ele manteve-se extremamente ambivalente com relação ao solidarismo. [...] Para sermos fiéis ao trabalho de Wight, Bull e outros, devemos ver o solidarismo como uma idéia emergente, uma idéia que está sendo constantemente testada por preocupações sobre a fragilidade das suas fundações (2000: 227 e 238).

Com o fim da Guerra Fria, o significativo aumento das intervenções humanitárias e todas as demais mudanças ocorridas na política mundial, fez-se necessário repensar as bases normativas da sociedade política internacional. Conseqüentemente, as tensões e as diferenças entre as concepções pluralista e solidarista da sociedade internacional vieram à tona novamente. Mas longe de significar o esgotamento da Escola Inglesa ou um embate que coloque em xeque a sua viabilidade, como sugerem algumas críticas que serão analisadas na próxima seção, Williams (2001: 5) argumenta que os teóricos solidaristas vêem o revigoramento do anteriormente paralisado debate entre as tradições pluralista e solidarista da Escola Inglesa como fundamental para o atual projeto normativo dela. Como será argumentado abaixo, é justamente essa dimensão do projeto normativo que os críticos falham em levar em consideração quando dizem que a proporção que toma o debate significa a impossibilidade de articulação da Escola Inglesa. Se a tensão entre a “ética da diferença” e a procura por “consenso” em questões normativas (Hurrell, 2002)⁹ continua no centro da política internacional, o debate normativo não pode fugir a esses problemas. E como veremos a seguir, a intervenção da OTAN no conflito do Kosovo foi, mais do que qualquer outro evento, o grande mediador desse debate na Escola Inglesa.

2. O conflito no Kosovo e o debate entre pluralistas e solidaristas

Nesta seção, será analisado o recente debate na Escola Inglesa entre autores pluralistas e solidaristas¹⁰ em torno das questões normativas

suscitadas pelo conflito do Kosovo, já que este “polariza as recentes contribuições da Escola Inglesa em termos das respostas dadas por diferentes autores” (Dunne 2001c: 225).¹¹ Posteriormente, na próxima seção, serão analisadas as críticas a esse debate e, de uma forma geral, ao projeto de “relançamento” da Escola Inglesa e aos rumos que ele está tomando.¹²

O comprometimento de Robert Jackson com a posição pluralista não é novo, como atestam seus diversos trabalhos ao longo da década de 1990 (Jackson, 1990 e 1995). Nessa perspectiva, os princípios da soberania e da não-intervenção são os constitutivos da sociedade internacional e devem ser preservados. Essa posição é reiterada pelo autor em seu livro *Global Covenant* (2000a). Segundo Jackson, “o pacto global” significa o conjunto de arranjos institucionais e as regras que dão “substância ao pluralismo”, que acomoda a diversidade de todos os povos.

Por conseguinte, Jackson é um crítico da intervenção da OTAN no Kosovo. Diferentemente dos solidaristas, que procuram relativizar o princípio da soberania absoluta a ele agregando um sentido de responsabilidade por parte dos dirigentes para com os direitos humanos de seus cidadãos, Jackson afirma que “era a OTAN e não a Iugoslávia que estava violando as mais fundamentais normas da sociedade internacional” (*idem*: 282). Os pluralistas são céticos quanto à possibilidade da formação de um consenso entre os Estados sobre a questão da expansão de princípios de justiça na sociedade internacional, já que o valor prioritário é a ordem. Ao contrário dos solidaristas, que acreditam que muitas vezes a justiça pode ser promovida e expandida sem colocar em risco a ordem, os pluralistas temem que, por não haver um consenso na sociedade internacional, princípios expansíveis de justiça, como intervenção humanitária, podem colocar em perigo os princípios constitutivos da ordem, como soberania e não-intervenção. Por isso, Jackson destaca que a divisão das grandes potências era um preço muito alto a ser pago para resgatar os kosovares albaneses e cita o ex-primeiro ministro russo Victor Chernomyrdin e Henry Kissinger, que declararam que a intervenção causaria um tremendo abalo nas relações EUA-Rússia. Na visão do autor

[a] Rússia e a China são muito mais importantes para a OTAN e para o Ocidente do que a política doméstica de um pequeno Estado nos Balcãs. Dividir as

grandes potências, ou mesmo arriscar tal divisão, é sempre a política mais perigosa. [...] No meu ponto de vista, a estabilidade da sociedade internacional, especialmente a unidade das grandes potências, é mais importante, na verdade muito mais importante, do que o direito das minorias e da proteção humanitária na Iugoslávia ou em qualquer outro país, se pudéssemos escolher entre esses dois conjuntos de valores (*idem*: 283 e 291).

Para Jackson, os casos de intervenção humanitária no pós-Guerra Fria não evidenciam uma ordem solidarista emergente. Aponta que, mesmo nos casos em que os direitos humanos tiveram preponderância na retórica dos líderes ocidentais, no final de contas, as preocupações pluralistas, sejam elas com fronteiras ou com relação à paz e à segurança internacionais, prevaleceriam de toda forma. O caso de Kosovo, não seria diferente. Lista muitas questões pluralistas em jogo na intervenção, como, por exemplo, a forte relutância das potências interventoras em arriscar as vidas de seus soldados.

Assim, para Jackson, existe uma inadequação prática das justificativas humanitárias para intervenções militares, que também não podem ser justificadas por preocupações convencionais, como a segurança nacional e a ordem internacional. O que não significa dizer, continua, que o humanitarismo e os direitos humanos sejam vazios. Seria errôneo concluir que o solidarismo está superando o pluralismo na ética internacional. Mantendo-se firme com relação ao estatocentrismo, argumenta que os objetivos solidaristas só podem ser perseguidos no âmbito do arcabouço pluralista. Logo, em sua lógica, “o solidarismo está claramente subordinado ao pluralismo” (*ibid.*: 289).

Jackson dispensa considerável atenção aos perigos de se burlar as decisões do Conselho de Segurança e violar a Carta da ONU, o que o leva, em suas palavras, a uma “conclusão inescapável”: a ilegalidade e a condenação da intervenção para os que aceitam a não-intervenção e a restrição do uso da força como referência básica para julgar os méritos da intervenção, mesmo que o caso do Kosovo possa ser justificado em termos humanitários.

Nicholas Wheeler tem outra posição. Conforme salientado anteriormente, sua posição solidarista busca examinar como a sociedade internacional

pode ser mais receptiva à promoção da justiça e como isso pode fortalecer a sua legitimidade, ao invés de colocar em risco a ordem, como argumentam alguns pluralistas. Considera a necessidade da busca de legitimação da ação pretendida como dos pontos mais importantes e que os Estados, ao tentarem justificar suas ações, utilizam várias estratégias discursivas que, de uma forma ou de outra, os comprometem com o conteúdo da retórica. Dessa forma, mesmo que os motivos humanitários não sejam prioritários, os Estados estarão comprometidos a agir de maneira que os resultados de sua ação estejam de acordo com os valores expressados, o que pode evitar que ajam em situações em que sua conduta não possa ser legitimada.¹³

Wheeler é crítico de análises extremamente legalistas que apresentem interpretações limitadas da Carta da ONU. Observa que

esse tipo de análise negligencia o fato de que o direito não pode ser separado da política e que o direito é constantemente reinterpretado à luz de novos valores e propósitos da sociedade internacional. [...] A virtude desse processo pode ser visto se compararmos o **fracasso moral** do Conselho de Segurança em se envolver na matança brutal do povo Bengali no Paquistão devido à sua **interpretação limitada** do artigo 2 (7), e sua vontade de definir como ações impositivas legitimadoras, nos anos 1990, as situações de emergência em matéria de direitos humanos (2001b:688; ênfases minhas).

Apesar de ser a favor das intervenções humanitárias unilaterais mesmo sem o suporte da ONU, em casos de “emergências humanitárias supremas”, Wheeler é contra os argumentos de que as intervenções sem a anuência da ONU são moralmente necessárias apesar de ilegais. Aponta duas razões para a fragilidade desse argumento. Primeiro: admitir que uma ação é ilegal coloca em risco toda a estrutura legal de obrigações. Por que um Estado obedeceria a uma resolução do Conselho de Segurança quando vê outros Estados ignorando a autoridade do Conselho? O segundo problema é: uma vez que essas recomendações têm o potencial de resultarem em uma modificação da Carta existente, por que não argumentar a favor de que um direito de intervenção humanitária, fora do Conselho de Segurança, possa ser incorporado ao direito internacional? Wheeler salienta que, ao invés de os Estados argumentarem que a intervenção humanitária é moralmente necessária embora não seja legalmente permitida, a melhor estratégia

enquanto cumpridores da lei é propor iniciativas que desenvolvam um novo quadro legal para as intervenções humanitárias unilaterais. Observa também que, em nenhum momento, os países da OTAN argumentaram que o bombardeio na Iugoslávia era ilegal mas moralmente justificável (Wheeler, 2000b: 14-15).

Outro ponto em que os solidaristas divergem dos pluralistas é o sobre a possibilidade da promoção da justiça na sociedade internacional sem que se ameace a sua estabilidade. Aqui Wheeler (2000b: 30) é contundente: “Eu discordo da recente afirmação de Robert Jackson de que a OTAN agiu de forma imprudente ao arriscar a estabilidade da relação entre as grandes potências para salvar os kosovares”.¹⁴ Na sua visão, o caso do Kosovo não colocava a ordem em perigo, pois frequentemente, ainda que nem sempre, a justiça pode ser promovida sem pôr a ordem em perigo. O autor argumenta que Jackson exagera a fragilidade da ordem por não levar em consideração a preponderância das potências ocidentais na arena global. Afinal, foi essa preponderância de poder que permitiu a OTAN ir à guerra contra a Iugoslávia sem correr o risco de provocar uma guerra com a Rússia.

Para Wheeler, o fundamental é sempre analisar as bases normativas da sociedade internacional em que as intervenções ocorreram e procurar enxergar se as intervenções humanitárias podem ou não significar o desenvolvimento de progressos normativos. Por isso, por meio de comparações entre as intervenções humanitárias durante a Guerra Fria e no pós-Guerra Fria, conclui que, durante a Guerra Fria, a racionalidade humanitária ficava em segundo plano; ou seja, os Estados preferiam justificar suas intervenções em termos de segurança nacional e não baseavam suas justificativas no bem humanitário que atingiam. Aponta como exemplo as intervenções da Índia no Leste do Paquistão, que levou à criação de Bangladesh em 1971; a ocupação vietnamita do Camboja, em 1979, que pôs fim aos “campos da morte” do Pol Pot; e a intervenção da Tanzânia em Uganda, no mesmo ano, que depôs o tirânico Idi Amin. Em todos esses casos, houve um considerável ganho humanitário. Em todos esses casos, houve justificativas de segurança para as ações dos Estados interventores. Em todos esses casos, houve uma ampla condenação internacional, com exceção do caso da Tanzânia, que, na verdade, não teve repercussão. Na hora de justificar essas ações, a racionalidade humanitária

ficava em segundo plano. Wheeler observa que o oposto ocorreu no caso do Kosovo: os países da OTAN insistiram sobre os motivos humanitários como principal preocupação, enquanto seus críticos procuravam demonstrar que a ação era auto-interessada. As motivações raramente serão “puras”, mas Wheeler parece aceitar que o principal é que o resultado seja o resgate da população oprimida e que as intervenções nos anos 1970 deveriam ter sido justificadas mais explicitamente nessas bases (Freedman 2001: 174-175).

Dessa forma, para Wheeler, tivemos no pós-Guerra Fria uma mudança para um sistema normativo mais receptivo a demandas solidaristas (ver também Rodrigues, 2000), ao passo que, para Jackson, continuamos no mesmo sistema pluralista desde a Guerra Fria, “o futuro das relações internacionais pode ser mais parecido com o passado do que tenhamos coragem de admitir” (2000a: 291).

A intervenção no Kosovo, para Wheeler, levantou várias questões que possibilitarão debates públicos sobre questões que antes estavam restritas à academia, como, por exemplo, a questão dos meios utilizados para se atingir resultados humanitários. Nesse sentido, considera a intervenção unilateral da OTAN no Kosovo importante, porque desafiou as normas e, como resultado, pôde servir para catalisar mudanças normativas na sociedade de Estados e reacender o debate sobre a emergência de novas regras procedimentais para as intervenções sem a autorização do Conselho de Segurança. Conclui que novas regras procedimentais são urgentemente necessárias para trazer a harmonia entre a ética e o direito, embora, um dia, as práticas apoiadas por essas regras conflitarão com os mesmo imperativos morais (Wheeler 2000b: 33). Daí, a necessidade da constante reavaliação das bases normativas da sociedade internacional, a que Bull enfaticamente se referia (Bull 1995: 308; 1986: *preface*).

3. Sobre a viabilidade do atual projeto da Escola Inglesa

A argumentação sobre a inviabilidade do atual projeto normativo da Escola Inglesa e sobre os rumos que ela estaria tomando parte, principalmente, dos que vêm no debate acima descrito uma prova da existência de diferenças irreconciliáveis que, por sua vez, a exemplo de Roy Jones, pedem seu fechamento simbólico ou afirmam, até mesmo,

que ela já não existe mais. As críticas partem também de autores que se mantêm ligados mais diretamente à abordagem clássica, como Robert Jackson, que vê nessa vertente crítica um repúdio à tradição da Escola Inglesa como um todo.

Em uma resenha do livro de Dunne, *Inventing International Society*, Jackson afirma que a suposta fraternidade entre os teóricos clássicos da Escola Inglesa e a sua vertente crítica não existe. Entende que, devido às diferenças que separam essas duas vertentes, elas não fazem parte da mesma escola acadêmica (2000b: 764). Por outro lado, Dunne afirma que o livro de Jackson, *Global Covenant*,

mostra como a tradição da sociedade internacional [outro sinônimo usado para designar a Escola Inglesa] pode tornar-se um tipo de tradicionalismo. Contudo, não foi nessa posição que Bull parou. Como escreveu no final do *The Anarchical Society*, a base normativa da sociedade internacional “necessita de uma contínua reavaliação”. Jackson escreveu uma defesa eloqüente das regras pluralistas da sociedade internacional, não uma reavaliação sobre o quanto ela apóia os objetivos maiores da ordem e da justiça na sociedade humana (2001b: 176).

Nos últimos trabalhos de Bull, o pluralismo freqüentemente aparecia como uma posição normativa “não ideal” (*second-best*). Mas, para Jackson, a ética pluralista que sustenta a ordem internacional é o arranjo institucional ideal para sustentar a “boa vida” em nível global (2001c: 237).¹⁵

Esse tipo de crítica que alega que Jackson distorce ou lê erroneamente parte do legado de Bull *et al.* tem sido freqüente. Também Ian Hall e Duncan Bell apontam questões no livro de Jackson (2000) que não seriam compartilhadas pela primeira geração da Escola Inglesa, e, no entanto, Jackson diz se basear nelas para tirar suas conclusões. Por exemplo, a questão da “ética situacional”, segundo a qual devemos julgar os estadistas pelos seus próprios padrões, e a questão de que “é dever do analista acadêmico manter-se – conforme suas possibilidades – distante, desengajado, uma vez que a teoria é totalmente diferente da prática” (2000a: 88-91). Jackson chama essa atitude de “agnosticismo profissional”. Tanto Hall quanto Bell, mostram os problemas, dificuldades e a impossibilidade dessa posição e consideram que o próprio Jackson faz uma defesa tão

eloqüente da posição normativa do pluralismo que “é difícil não ver o seu próprio livro como uma intervenção na política prática em si mesmo” (Hall 2001: 937). Ambos destacam o envolvimento de Bull e Wight nas questões políticas de seu tempo. “Tanto Hedley Bull quanto Martin Wight envolveram-se ativamente na prática da política” (*ibidem*);

provavelmente Bull e os demais membros fundadores da Escola Inglesa ficariam perplexos com essa afirmativa de Jackson, principalmente devido aos seus engajamentos intelectuais ativos e práticos na vida política, e os constantes entrelaçamentos entre teoria e prática (Bell 2001: 411).

Recentemente, esses dois autores, Ian Hall e Duncan Bell, colocaram em questão a viabilidade da Escola Inglesa. Voltaremos agora para a análise destes trabalhos.¹⁶ Bell começa seu artigo dizendo que a Escola Inglesa atualmente passa por dificuldades para manter o mínimo de coerência que um dia já teve, principalmente, porque, depois do debate pós-positivista, ela não é mais a única a tratar de temas como cultura, valores, linguagem, identidades e idéias. Observa também que a Escola não pode mais se basear no “monopólio” do termo “sociedade internacional”. Assim, para o termo “escola” ter alguma utilidade seria necessário um alto grau de coerência intelectual entre seus afiliados, ou pelo menos uma constelação de conceitos usada por todos (2001a: 406). Uma vez que a Escola Inglesa não pode mais se basear em antigos suportes, resta apenas, afirma Bell, a dimensão ética, vale dizer, o status das regras, normas e práticas que constituem a sociedade internacional. E argumenta que é justamente nesse ponto, como os livros de Jackson e Wheeler demonstram, que está o problema: “há uma linha de cisão no centro do projeto ético-normativo da Escola Inglesa que coloca em questão a sua própria coerência” (*ibidem*). Essa “tensão insolúvel entre suas vertentes crítica e conservadora”, deixam poucas opções para um desenvolvimento melhor e nenhuma particularmente satisfatória.

Primeiro, Duncan Bell aponta que, conforme sugerido por Richard Little, a Escola Inglesa pode continuar a operar como um “grande guarda-chuva discursivo” em que vários autores com diferentes perspectivas teóricas e metodológicas podem procurar abrigo e, dessa forma, simplesmente funcionar como um recipiente vazio, desprovido de coerência e significado.

Em sua opinião, esse parece ser o seu atual caminho. Em segundo lugar, pode se tornar substancialmente mais crítica, embora o sucesso dessa empreitada seja extremamente duvidoso. Por fim, pode restringir seu foco e se concentrar em um conjunto de valores – idéias e ideais – retornando ao mínimo de coerência que um dia já teve. Bell afirma que o resultado de adotar esse caminho seria semelhante ao livro *Global Covenant* de Robert Jackson, caminho improvável já que muitos autores da nova geração vêm a abordagem do autor como um alerta aos perigos do tradicionalismo e como um retorno desnecessário e pessimista ao passado (*idem*: 407).

Após analisar as diferentes posições de Wheeler e Jackson, Bell conclui que “é na questão sobre intervenção humanitária que a espinha dorsal da Escola Inglesa, como ela é apresentada atualmente, se partirá, se é que já não foi partida” (*idem*: 410). Um dos pontos mais criticados pelo autor – e, como veremos, também por Ian Hall – é a insistente ligação da Escola Inglesa com outras tradições teóricas. Dessa forma, pergunta: “se a Escola Inglesa é tão eficiente em si mesma, por que a constante tentativa de ligá-la a outros projetos intelectuais?” (*idem*: 408), o que o leva a fazer algumas observações no mínimo estranhas e sem propósito, como, por exemplo:

Um bom conselho para os membros da Escola Inglesa interessados por uma concepção mais crítica da disciplina seria procurarem-na em outros lugares. [...] Para os teóricos da Escola Inglesa com tendências críticas, devem permanecer sérias dúvidas sobre a sabedoria e propósito de sua contínua associação com a Escola (*idem*: 413).

Bell salienta que isso não significaria que teriam que abrir mão do valioso legado intelectual de Wight *et al.* Mas não responde a questão dos teóricos críticos que “procuraram em outros lugares” e possuem fortes ligações com a Escola Inglesa, como o caso de Andrew Linklater, por exemplo. Por fim, afirma que por causa de todas essas divisões, atualmente não sabemos mais o que alguém quer dizer quando pronuncia o termo “Escola Inglesa” e que, por isso, “é tempo (mais uma vez) de questionar a utilidade, e mesmo a necessidade, da Escola Inglesa” (*ibidem.*).

O artigo de Ian Hall compartilha muitos dos argumentos do artigo de Duncan Bell. Bell o cita diversas vezes para apoiar suas afirmações e,

inclusive, muitas contradições. Bell, por exemplo, argumenta que suas críticas ao “ressurgimento” da Escola Inglesa não representa um ataque retroativo aos escritos de Bull, Wight e Vincent, uma vez que acredita que Dunne, em seu livro *Inventing International Society*, esteja certo ao salientar a importância desses autores no desenvolvimento intelectual e institucional dos estudos internacionais. Da mesma forma, Hall destaca que, desde 1981, a quantidade de livros e artigos identificados com a Escola Inglesa desafiou os seus críticos e não há no futuro próximo a possibilidade do “fechamento” que queria Roy Jones (1981), principalmente após o “relançamento” formal da Escola na reunião da *British International Studies Association* (BISA) em 1999 (ver nota 12) (Hall, 2001: 931). Entretanto, pondera que, apesar de tudo o que a Escola Inglesa tem alcançado, ainda pairam dúvidas sobre a coerência e o valor de sua abordagem.

Assim como Bell, Hall é extremamente crítico no que diz respeito ao atual projeto da Escola Inglesa, principalmente com relação às tentativas de ligá-la a outras tradições teóricas. De modo geral, Hall faz pertinentes críticas aos livros de Dunne, Jackson, Buzan e Little. Questiona vários aspectos do livro de Tim Dunne (1998), principalmente, a inclusão de Edward H. Carr na Escola Inglesa e a exclusão de Charles Manning, Fred Northedge, Robert Purnell, entre outros. Em alguns aspectos, as críticas a Dunne são muito bem sustentadas. Nos créditos do trabalho, podemos ler que Hall estava escrevendo uma tese sobre o pensamento internacional de Butterfield, Wight e Toynbee, o que torna seu argumento mais incisivo. Para questionar Dunne, o autor baseia-se, portanto, assim como o próprio Dunne, em documentos não publicados dos arquivos pessoais de autores da Escola Inglesa. Entre outros pontos, Hall problematiza a ênfase dada ao *British Committee for the Theory of International Politics* como “lar institucional” da Escola Inglesa, em detrimento da London School of Economics.

Ian Hall comenta as várias contradições do livro de Jackson (2000), entre as quais a questão do “agnosticismo profissional” e sua constante referência ao trabalho do filósofo político inglês Michael Oakeshott. O autor entende que é sintomático como, atualmente, os trabalhos da Escola Inglesa baseiam-se em teorias de “outsiders”, o que, na sua visão, representa uma dificuldade para se manter coerente.

Nesse sentido, faz uma contundente crítica a Buzan e Little (2000) e suas tentativas de ligar a Escola Inglesa ao realismo estrutural, afirmando que, ao fazê-lo, os autores deixam de lado uma das principais características da Escola Inglesa: a preocupação com questões normativas. Ao analisar a abordagem desses autores, Hall (2001: 939) toma como contraponto os pensamentos de Wight e Butterfield, concluindo que pouca coisa resta da Escola Inglesa em suas propostas. Apesar de quererem comparar sistemas de Estados ao longo da história, como fizeram Martin Wight e Adam Watson, Hall afirma que Buzan e Little têm uma abordagem muito diferente. Sob essa perspectiva, argumenta, por exemplo, que Wight e Watson estão preocupados com as **idéias** que geram, sustentam e moldam as sociedades internacionais. Além disso, as questões éticas e culturais não alcançam, nos trabalhos de Buzan e Little, a importância que possuem nos trabalhos de Wight e Watson. Isso porque Buzan e Little concentram-se em “capacidade de interação”, forças materiais, unidades, setores e estruturas. O resultado, para Hall (2001: 940), é uma concepção de História essencialmente estática, com pouco ou nenhum escopo para a interferência humana.

Por fim, Ian Hall traça um paralelo com o livro de Michael Ondaatje, *The English Patient*, e diz que, apesar de muitos observadores atestarem sobre a sólida saúde e renovado vigor da Escola Inglesa, esta, assim como o “paciente inglês”, não parece ser o que demonstra:

A aparência saudável só foi adquirida com tratamentos, de certa forma, severos. Para sustentá-la, drásticas amputações, como a exclusão de Manning e Northedge, efetuada por Dunne, e uma série de transfusões de sangue novo, incluindo Carr, Oakeshott e Waltz, têm sido necessárias para os novos teóricos da Escola Inglesa. Estas ações, contudo, podem no final, ter comprometido o bem estar do paciente. [...] Entretanto, há um ponto no qual tais laços são esticados até romperem. Assim como o resto da comunidade da disciplina de Relações Internacionais, a Escola Inglesa hoje está rachada por divisões sobre métodos e teorias. [...] Metodologicamente, há pouco ou nenhum consenso; e, na verdade, não há nem ao menos uma posição normativa sobre a qual todos possam concordar. Há uma inquietante paz entre teóricos críticos como Dunne e realistas estruturais como Buzan e Little, e os primeiros tiros de um potencial conflito entre interpretações cosmopolitas e comunitaristas da sociedade internacional já foram disparados por Jackson.

O que parece ser necessário, vinte anos depois do pedido de fechamento de Jones, é o reconhecimento de que a Escola Inglesa não pode ser fechada ou mesmo reinventada, pois como abordagem coesa para o estudo das relações internacionais ela não mais existe (2001: 941-942).

Inúmeras objeções podem ser levantadas contra os argumentos de Duncan Bell e Ian Hall. Barry Buzan e Richard Little levantam algumas em suas respostas ao artigo de Hall. Essas objeções também podem ser aplicadas ao artigo de Duncan Bell, uma vez que o argumento dos dois é o mesmo. Sobre a diversidade de opiniões e abordagens na Escola Inglesa, Buzan e Little argumentam que Hall não percebe dois pontos essenciais ao expor essa característica como algo negativo. Entendem que o pluralismo teórico e a tentativa de capturar a totalidade das “relações internacionais” são traços centrais, que mantêm coesa a Escola Inglesa (as três tradições de Wight, por exemplo). Assim, declarar que a Escola Inglesa é “um microcosmo da disciplina como um todo” significa reafirmar um de seus pontos centrais, ao mesmo tempo em que não se percebe que isso é feito de forma integrada, rejeitando as disputas de paradigmas e as incomensurabilidades teóricas que dominam outras visões do *mainstream* da disciplina (Buzan e Little, 2001: 944).

A esse argumento, poderíamos acrescentar que as declarações sobre a falta de uma abordagem coesa contrasta com a afirmação de Evans e Wilson (1992: 332) de que seria errôneo supor que a Escola Inglesa seja um todo coeso. Cabe lembrar que os autores se referiam à Escola Inglesa “clássica” e, no entanto, a afirmação não se torna menos útil hoje do que já foi no passado.

O segundo ponto levantado por Buzan e Little vai no sentido de afirmar que Hall ignora a intersubjetividade e a vitalidade coletiva da Escola Inglesa, que se apresenta como uma comunidade de acadêmicos que pensam e agem como se fossem parte de – ou estivessem em diálogo com – uma determinada tradição intelectual. Tipicamente, toda comunidade possui divisões de opiniões, algumas profundas, e, com a Escola Inglesa, não seria diferente. Dessa forma, continuam, a Escola é mais adequadamente entendida como uma tradição que se diferencia de outras pelo foco nas “três tradições”, constituindo um conjunto de conversação do qual outras pessoas podem participar sem estarem comprometidas com um rigor

determinado. Citam como exemplo Fred Halliday, Andrew Linklater e a si mesmos. E completam:

Dizer que essa comunidade não existe, quando centenas de pessoas são felizes ao pensar que fazem parte dela e outras dúzias mais acham que vale a pena interagirem de fora, **levanta mais questões sobre o observador do que aquilo que (não) é observado** (Buzan e Little 2001: 944, ênfases nossas).

A partir desse raciocínio, afirmam ser curioso Hall incluir o livro deles na Escola Inglesa, ao mesmo tempo em que os classifica de realistas estruturais: afinal, “*International Systems in World History* não foi escrito como se fosse um livro da Escola Inglesa” (*ibidem*). Ao fazerem essa afirmação, enfraquecem em muito todo o argumento de Hall. Utilizando a analogia do “paciente inglês” feita por Hall, concluem: “a certidão de óbito prematura expedida por Ian Hall apenas levanta questões sobre sua competência para praticar a medicina” (*idem*: 946).

Com respeito ao atual projeto da Escola Inglesa, outro ponto a se levantar sobre a crítica de Bell é sua ambigüidade, o que também destaca as contradições da sua argumentação. Em seu artigo, o autor se mostra extremamente crítico quanto a esse projeto, levantando sérias objeções e dúvidas quanto à sua viabilidade. Contudo, curiosamente, em outro artigo, ao comentar a tentativa de Dunne de mostrar a “potencialidade radical” da Escola Inglesa, faz observações completamente diferentes: “Este é um projeto interessante, e é viável graças ao caráter anti-positivista, historicista e sociológico que possuem as abordagens de alguns dos principais pensadores [da Escola Inglesa] sob avaliação” (2001b:122). Como pode Bell afirmar, em um artigo, a impossibilidade do atual projeto da Escola Inglesa, sugerindo aos teóricos críticos da Escola que procurem outras abordagens supostamente mais adequadas às suas inclinações críticas, e, em outro artigo – publicado no mesmo ano! – dizer que se trata de um projeto viável, dadas as possibilidades abertas pelas primeiras gerações?

Por fim, o que esses críticos também não percebem é que, longe de significar o esgotamento da Escola Inglesa, ou um embate que coloca em xeque sua viabilidade, é fundamental o fato de os teóricos solidaristas verem o debate entre as tradições pluralista e solidarista como um revigoramento importante para a Escola Inglesa. Isso não é, como afirmam seus críticos,

contraditório e não constitui uma questão que “coloca em risco” a Escola. Ao criticar o revigoração do debate no atual projeto normativo da Escola Inglesa, os críticos não percebem, conforme observou corretamente um de seus participantes, Robert Jackson, que não se trata de um debate entre os que estão preocupados com os direitos humanos e aqueles que não estão, mas sim de um debate sobre os valores da sociedade internacional (2000a: 291). É preciso deixar emergir o debate sobre essa tensão que se encontra no centro da política internacional do pós-Guerra Fria. Uma tensão que, como vimos, a Escola Inglesa não pretende ignorar.

Considerações finais

Após analisarmos as posições relativas aos últimos debates envolvendo a terceira geração da Escola Inglesa, vale a pena examinarmos o quão importante foi o debate sobre o conflito no Kosovo. Pode-se indagar sobre a dimensão, importância e a relevância do debate para o desenvolvimento atual da Escola.⁹¹⁷ Na nossa visão, foi importante, uma vez que levanta uma série de questões sobre o atual estágio da Escola. Trouxe à tona, de forma contundente, desacordos normativos entre as suas diversas correntes, que já vinham ocorrendo ao longo da década de 1990. Esses desacordos, representados principalmente pelo revigoração do debate entre pluralistas e solidaristas, mostraram, ao longo dos anos 1990, a renovação e a **inovação** que estava ocorrendo dentro da Escola Inglesa, como atesta, por exemplo, o nítido fortalecimento da vertente solidarista que, anteriormente minoritária, passou a ter uma voz ativa dentro da Escola. Isso reflete também a influência sobre a nova geração de perspectivas críticas e pós-positivistas.

Isto nos leva a um segundo ponto, qual seja, o fato de o debate ter chamado a atenção dos críticos sobre os procedimentos teóricos e normativos da terceira geração. Este, na nossa opinião, é o ponto principal aberto pelo debate sobre o Kosovo. Ou seja, o debate, por ter exposto divergências normativas e teóricas, fez com que os críticos analisassem as transformações pelas quais vem passando a Escola Inglesa desde o fim da Guerra Fria. Dessa forma, analisou-se criticamente todos os seus procedimentos: a inovação teórica trazida pela nova geração, as tentativas

de ligação com perspectivas críticas e pós-positivistas e o conseqüente revigoramento da vertente solidarista. Podemos dizer que, de certa forma, ocorreu uma situação parecida com a ocorrida anteriormente, por ocasião dos debates sobre a Escola Inglesa nos anos 1980, que analisaram a identidade e a validade de sua contribuição até aquele momento (ver a nota 1). Da mesma forma, apesar de em menor proporção, as críticas levantadas a partir dos debates sobre o Kosovo permitiram uma abrangente e bem-vinda avaliação da nova geração da Escola.

Notas

- 1 Esse artigo de Jones cunhou o termo “Escola Inglesa” e provocou um importante debate, ao longo da década de 1980, sobre a identidade e a validade da contribuição da Escola. Esse debate foi analisado no terceiro capítulo de minha dissertação de Mestrado (Souza, 2003).
- 2 O embate entre as concepções pluralistas e solidaristas foi tratado, pela primeira vez, no artigo de Hedley Bull intitulado “The Grotian Conception of International Society”, originalmente apresentado ao *The British Committee for the Theory of International Politics* em abril de 1962 e posteriormente publicado em Bull (1966). Os termos do debate dentro da Escola Inglesa são os seguintes: o pluralismo descreve sociedades internacionais “tênuas” (*thin*), onde são poucos os valores compartilhados, sendo o foco principal desenvolver regras de coexistência dentro de um quadro de soberania e não-intervenção; o solidarismo, por sua vez, descreve sociedades internacionais “densas” (*thick*), nas quais uma gama maior de valores são compartilhados e as regras não são apenas de coexistência, mas também alcançam a busca de ganhos comuns e o gerenciamento de problemas coletivos (Buzan, 2004: 59).
- 3 Desenvolver o conceito de “Sociedade Mundial” na Escola Inglesa é o principal objetivo do mais recente livro de Barry Buzan (2004).
- 4 Para uma crítica à sociedade internacional, ver Booth (1995). Sobre o terceiro debate, ver Lapid (1989).
- 5 “Entre os que ocupam esse ‘terreno’ podemos citar os trabalhos de R. J. Vincent, Iver Neumann, Nicholas Wheeler, Philip Allot, Ole Wæver, Andrew Linklater, Andrew Hurrell, N.J. Rengger e Martin Griffiths” (Dunne, 1995b:147). O próprio Dunne pode ser incluído na lista. Como exemplos de teóricos que mantêm-se mais ligados a uma abordagem clássica poderíamos citar: Alan James, James Mayall e Robert Jackson.
- 6 A literatura que associa de alguma forma as duas abordagens é extensa. Aqui cito apenas o artigo que tem sido apontado como o que melhor trabalha a relação entre o Construtivismo e a Escola Inglesa: Reus-Smit (2002).

- 7 Da mesma forma, Alderson e Hurrell (2000a: 34-46) identificaram três proposições principais do construtivismo – muito parecidas com as citadas acima – e argumentam que Bull concordaria com cada uma das três. Mas destacam três áreas de divergências com o construtivismo: (a) a ênfase de Bull na história que, com algumas exceções de análises históricas detalhadas, não tem sido uma característica dos construtivistas; (b) a centralidade das “teorias clássicas” nos escritos e na abordagem de Bull; (c) a interpretação de Bull do papel das idéias na política internacional. Bull buscava analisar historicamente aquelas idéias e ideologias que proovessem uma firme base (*foundations*), embora relativa, para a ordem mundial.
- 8 Nogueira e Messari (2005: 169-170) também fazem importantes observações sobre as diferenças entre as duas abordagens. Para uma excelente análise sobre os diferentes tipos de construtivismos, ver Zehfuss (2001). Em português, ver Adler (1999).
- 9 Um dos únicos trabalhos publicados em português que trata dessas questões normativas do pós-Guerra Fria a partir do instrumental teórico da Escola Inglesa é de Andrew Hurrell (1999). Agradeço a Flávia de Campos Mello, professora da PUC-SP, por chamar minha atenção para esse aspecto do artigo de Hurrell.
- 10 Neste artigo, o enfoque será restrito aos dois principais “protagonistas” dos dois lados do debate: Robert Jackson (pluralista) e Nicholas Wheeler (solidarista). Entretanto, o debate na Escola Inglesa não se restringiu aos dois autores. Outros autores participaram do debate. Do lado solidarista, Andrew Linklater, Iver Neumann, Adam Roberts; do lado pluralista, James Mayall. Wheeler (2001a).
- 11 A intervenção da OTAN no Kosovo, em 24 de março de 1999, levantou várias questões normativas: Uma intervenção humanitária unilateral não autorizada pelo Conselho de Segurança da ONU colocaria em risco os princípios constitutivos da ordem internacional, como os da não-intervenção e da soberania? Poderíamos ver no fato de a principal justificativa da OTAN ter sido a proteção dos direitos humanos dos kosovares de origem albanesa uma mudança normativa com relação aos princípios da Guerra Fria, quando considerações de segurança eram consideradas mais importantes do que os direitos humanos? Teriam os meios empregados – bombardeios aéreos, e não invasão por terra – comprometido os fins humanitários alegados pela OTAN?
- 12 Antes de mais nada, é necessário destacar que a conferência da *British International Studies Association* (BISA) de 1999 foi dedicada ao denominado “relançamento” da Escola Inglesa. Grande parte das discussões foram em torno do *paper* de Barry Buzan, “The English School as a Research Program: An Overview, and a Proposal for Reconvening”, apresentado no painel “A Reconsideration of the English School: Close or Reconvene?”. O *paper* foi depois publicado em um fórum para discussão (ver Buzan, 2001). Maiores detalhes sobre o projeto de “*reconvening*” são encontrados no *site* coordenado pelo próprio Buzan: www.leeds.ac.uk/polis/englishschool (último acesso em janeiro de 2007). É a esse projeto que os críticos se referem de forma geral.
- 13 Ele argumenta: “Mesmo os poderosos não querem ser expostos como hipócritas e uma vez que um Estado tenha legitimado uma intervenção como humanitária, suas ações

- subseqüentes serão constrangidas pela necessidade de evitar agir de modo que solape um resultado humanitário positivo”. (Wheeler 2000a: 296 e 2001a).
- 14 Ver também Wheeler (1996), que critica trabalhos anteriores de Jackson, discorrendo extensivamente sobre suas discordâncias.
- 15 Em outro trabalho, Tim Dunne (2001a: 90) afirma que Robert Jackson faz parte da ala conservadora da Escola Inglesa.
- 16 É importante destacar que se trata na verdade de dois artigos resenha. O de Ian Hall é sobre os livros de Buzan e Little (2000), sobre Dunne (1998), sobre Jackson (2000) e sobre Keens-Soper (2000). O de Duncan Bell é sobre os livros de Jackson (2000) e Wheeler (2000).
- 17 Agradeço ao professor da PUC-Rio, Nizar Messari, por levantar este ponto.

Referências bibliográficas

- ADLER, Emanuel (1999), “O Construtivismo no Estudo das Relações Internacionais”. *Lua Nova*, nº 47, pp. 201-246.
- ALDERSON, Kai e HURRELL, Andrew (2000a), “International Society and the Academic Study of International Relations”, in K. Alderson e A. Hurrell (eds.), *Hedley Bull on International Society*. New York, St. Martin, pp. 20-53.
- _____. (2000b), “The Continuing Relevance of International Society”, in K. Alderson e A. Hurrell (eds.), *Hedley Bull on International Society*. New York, St. Martin, pp.54-73.
- BELL, Duncan S. A. (2001), “Back to School? Ethics and International Society”. *Global Society*, vol. 15, nº 4, pp. 405-413.
- _____. (2001), “International Relations: the dawn of a historical turn?”. *British Journal of Politics and International Relations*, vol. 3, nº 1, pp. 115-126.
- BOOTH, Ken (1995), “Human Wrongs and International Relations”. *International Affairs*, vol. 71, nº 1, pp.103-126.
- BROWN, Chris (1997), *Understanding International Relations*. London, Macmillan.
- BULL, Hedley (1966), “The Grotian Conception of International Society”, in H. Butterfield and M. Wight (eds.), *Diplomatic Investigations: Essays in the Theory of International Politics*. London: Allen and Unwin, pp. 35-50.
- _____. (1986), “Preface”, in H. Bull (ed.), *Intervention in world politics*. New York, Oxford University Press.
- _____. (1995) [1977], *The Anarchical Societ: A Study of Order in World Politics* (2ª ed.). London, Macmillan.

- _____. (2000a), "International Relations as an Academic Pursuit (1972)", in K. Alderson e A Hurrell (eds.), *Hedley Bull on International Society*. New York, St. Martin Press, pp. 246-264.
- _____. (2000b), "Justice in International Relations: The 1983 Hagey Lectures (1984)", in K. Alderson e A Hurrell (eds.), *Hedley Bull on International Society*. New York, St. Martin Press, pp. 206-245.
- BUZAN, Barry (2001), "The English School: an Underexploited Resource in IR", *Review of International Studies*, vol. 27, pp. 471-488.
- _____. (2004), *From International to World Society?: English School Theory and the Social Structure of Globalisation*. Cambridge, Cambridge University Press.
- BUZAN, Barry e LITTLE, Richard (2000), *International Systems in World History: Remaking the Study of International Relations*. Oxford, Oxford University Press.
- _____. (2001), "The 'English patient' strikes back: a response to Hall's Misdiagnosis". *International Affairs*, vol. 77, nº 3, pp. 943-946.
- DUNNE, Tim (1995a), "The Social Construction of International Society". *European Journal of International Relations*, vol. 1, nº 4, pp. 367-389.
- _____. (1995b), "International Society: Theoretical Promises Fulfilled?". *Cooperation and Conflict*, vol. 30, nº 2, pp. 125-154.
- _____. (1997) "Colonial Encounters in International Relations: Reading Wight, Writing Australia". *Australian Journal of International Affairs*, vol. 51, nº 3, pp. 309-323.
- _____. (1998), *Inventing International Society: A History of the English School*. New York, St. Martin.
- _____. (2001a), "Sociological Investigations: Instrumental, Legitimist and Coercitive Interpretations of International Society". *Millennium: Journal of International Studies*, vol. 30, nº 1, pp. 67-91.
- _____. (2001b), "Book Review of Jackson's Global Covenant". *International Affairs*, vol. 77, nº 1, pp. 175-176.
- _____. (2001c), "New Thinking on International Society". *British Journal of Politics and International Relations*, vol. 3, nº 2, pp. 223-244.
- EVAN, Tony e WILSON, Peter (1992), "Regime Theory and the English School of International Relations: A Comparison". *Millennium: Journal of International Studies*, vol. 21, nº 3, pp. 329-351.
- FREEDMAN, Lawrence (2001), "Book Review of Wheeler's Saving Strangers". *International Affairs*, vol. 77, nº 1, pp. 174-175.
- FREITAS, Any Correia (2002), "Resenha do livro de Buzan e Little: International Systems in World History", *Contexto Internacional*, vol. 24, nº 1, pp. 199-210.

- HALL, Ian (2001), "Still the English Patient? Closures and inventions in the English School", *International Affairs*, vol. 77, n° 3, pp. 931-942.
- HENDERSON, Conway (2001), "Investigating International Society", *Global Society*, vol. 15, n° 4, pp. 415-423.
- HERZ, Mônica (1997), "Teoria das Relações Internacionais no Pós-Guerra Fria", *Dados*, vol. 40, n° 2, pp. 307-324.
- HURRELL, Andrew (1999), "Sociedade Internacional e Governança Global". *Lua Nova*, n° 46, pp. 55-75.
- _____. (2002), "Society and Anarchy in International Relations", in B. A. Roberson (ed.), *International Society and the Development of International Relations Theory*. London, Continuum, pp. 17-42.
- JACKSON, Robert (1990), "Martin Wight, International Theory and the Good Life". *Millennium: Journal of International Studies*, vol. 19, n° 2, pp. 261-272.
- _____. (1995), "The Political Theory of International Society", in S. Smith and K. Booth, *International Relations Theory Today*. Pennsylvania, Pennsylvania State University Press, pp. 110-128.
- _____. (2000), *The Global Covenant: Human Conduct in a World of States*. New York, Oxford University Press.
- _____. (2000b), "Book review of Dunne's *Inventing International Society*". *American Political Science Review*, vol. 93, n° 3, pp. 763-764.
- JONES, Roy (1981), "The English School of International Relations: A Case for Closure". *Review of International Studies*, vol. 7, n° 1, pp. 1-13.
- KEENS-SOPER, Maurice (1998), *Europe in the world: the persistence of power politics*. Basingstoke, Macmillan.
- KRATOCHWIL, Friedrich V. (1989), *Rules, Norms, and Decisions: On the Conditions of Practical and Legal Reasoning in International Relations and Domestic Affairs*. Cambridge, Cambridge University Press.
- NOGUEIRA, João Pontes e MESSARI, Nizar (2005), *Teoria das Relações Internacionais: Correntes e Debates*. Rio de Janeiro, Campus/Elsevier.
- ONUF, Nicholas (1998b), *The Republican Legacy in International Thought*. Cambridge, Cambridge University Press.
- REUS-SMIT, Christian (2002), "Imagining Society: Constructivism and the English School". *British Journal of Politics and International Relations*, vol. 4, n° 3, pp. 487-509.
- RODRIGUES, Simone M. (2000), *Segurança Internacional e Direitos Humanos: A Prática da Intervenção Humanitária no Pós-Guerra Fria*. Rio de Janeiro, Renovar.

- SMITH, Steve (1992), "The Forty Year's Detour: The Resurgence of Normative Theory in International Relations". *Millennium: Journal of International Studies*, vol. 21, nº 3, pp.489-506.
- SOUZA, Emerson Maione de (2003), A Contribuição e o Desenvolvimento da Escola Inglesa de Relações Internacionais. Dissertação de Mestrado, IRI/PUC-Rio (Disponível em: http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/biblioteca/php/mostrateses.php?open=1&arqtese=0114308_03_Indice.html).
- MILLENNIUM: JOURNAL OF INTERNATIONAL STUDIES (1992), Special Issue: Beyond International Society, vol. 21, nº 3.
- VINCENT, R. J. (1999) [1986], *Human Rights and International Relations*. Cambridge: Cambridge University Press/RIIA.
- WAEVER, Ole (2002), "Four Meanings of International Society: A Trans-Atlantic Dialogue", in B. A. Roberson (ed.), *International Society and the Development of International Relations Theory*. London, Continuum, pp. 80-144.
- WENDT, Alexander (1994), "Collective Identity Formation and the International State". *American Political Science Review*, vol. 88, nº 2, pp. 384-396.
- _____. (1999), *Social Theory of International Politics*. Cambridge, Cambridge University Press.
- WHEELER, Nicholas (1996), "Guardian Angel or Global Gangster: a Review of the Ethical Claims of International Society". *Political Studies*, vol. XLIV, pp. 123-135.
- _____. (2000a), *Saving Strangers: Humanitarian Intervention in International Society*. New York, Oxford University Press.
- _____. (2000b), "Unilateral Intervention and International Law". Trabalho apresentado na Conferência da BISA, 33 pp.
- _____. (2001), "Book Review of Cristine Gray's *International Law and the use of force* e Simon Chesterman's *Just War or Just Peace?*". *International Affairs*, vol. 77, nº3, pp.687-688.
- _____. (2001a), "Humanitarian Intervention After Kosovo: Emergent Norm, Moral Duty or the Coming Anarchy?". *International Affairs*, vol. 77, nº1, pp.113-128.
- WHEELER, Nicholas e DUNNE, Tim (1996), "Hedley Bull's Pluralism of Intellect and Solidarism of the Will". *International Affairs*, vol. 72, nº 1, pp. 91-107.
- _____. (1998), "Good International Citizenship: A Third Way for British Foreign Policy". *International Affairs*, vol. 74, nº 4, pp. 847-870.
- _____. (2001), "East Timor and the New Humanitarian Interventionism". *International Affairs*, vol. 77, nº 4, pp. 805-827.

- WIGHT, Martin (1966), "Why Is There No International Theory?", in H. Butterfield and M. Wight (eds), *Diplomatic Investigations: Essays in the Theory of International Politics*. London, Allen and Unwin, pp. 17-34.
- _____. (1987), "An Anatomy of International Thought". *Review of International Studies*, vol. 13, pp. 221-227.
- _____. (1991), *International Theory: The Three Traditions*. London, Leicester University Press.
- WILLIAMS, John (2001), "New spaces, New places: Territory and Change in International Society", Trabalho apresentado na conferência da BISA, 29 pp.
- ZEHFUSS, Maja (2001), "Constructivisms in International Relations: Wendt, Onuf, and Kratochwill", in K. M. Fierke and K. E. Jorgensen (eds.), *Constructing International Relations: The Next Generation*. London, M. E. Sharpe, pp. 54-75.

Resumo

O artigo analisa a Escola Inglesa de Relações Internacionais a partir dos anos 1990. O aspecto central da análise é como a sua terceira geração procurou estabelecer um diálogo com perspectivas críticas e pós-positivistas. Tal fato gerou uma bifurcação entre uma vertente crítica e uma vertente chamada de "clássica". As duas vertentes apresentaram posições normativas discrepantes ao analisarem a intervenção da OTAN no Kosovo, em março de 1999. O debate entre as duas vertentes atraiu a atenção dos críticos, que detectaram na divergência entre suas posições um conflito de natureza irreconciliável, que coloca em risco a coerência e mesmo a existência da Escola Inglesa. O artigo argumenta que os críticos não percebem que, longe de significar o esgotamento da Escola Inglesa, ou um embate que coloca em xeque sua viabilidade, o debate entre as duas perspectivas confirma a **inovação teórica** trazida por uma nova geração de teóricos.

Palavras-chave: Teoria das Relações Internacionais; Escola Inglesa; Pós-positivismo; Kosovo.

Abstract

The article analyses the English School of International Relations from the 1990's on. The central feature of the analysis is how its third generation attempted to establish a dialogue with critical and post-positivist perspectives. Such an attempt brought a bifurcation between a critical approach and a so-called "classical" approach. These two approaches introduced divergent normative postures when analyzing Nato's intervention in Kosovo in March 1999. The debate between such approaches attracted the attention of critics who detected, in

the divergence between the two postures, a conflict of irreconcilable nature which risks the coherence and even the existence of the English School. The article concludes that such critics do not realize that, far from meaning the debility of the English School or a collision that puts its viability to question, the debate between the two perspectives confirms a **theoretical innovation** brought by a new generation of scholars.

Key-words: Theory of International Relations; English School; Post-positivism; Kosovo.